



Conferência Nacional Democrática de Assistência Social

"Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social"

Carta da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social

AGENDA DE LUTAS

"Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro no ano passado eu morri, mas este ano eu não morro"
(Belchior)

Nós participantes da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social, realizada nos dias 25 e 26 de novembro de 2019, representando usuários/as, trabalhadores/as, entidades de Assistência Social, gestores/as, movimentos sociais e organizações populares de todo Brasil, denunciemos o desmonte do Sistema Único de Assistência Social – Suas, e reafirmamos a Assistência Social como Direito do Povo, com financiamento público e participação social.

A CNDAS foi convocada pela Sociedade Civil do Conselho Nacional de Assistência Social, pelo Colegiado Nacional de Gestores/as Municipais de Assistência Social, pela Frente Nacional em Defesa do Suas e da Seguridade Social, pelo Fórum Nacional de Trabalhadores/as do Suas, Fórum Nacional de Usuários/as do Suas, Entidades Socioassistenciais, Movimentos Sociais, Organizações Populares, Mandatos Parlamentares, Universidades, Sindicatos, Entidades de Categorias Profissionais, Defensores/as do Suas, e mais de 300 entidades de todo o Brasil, o que revela a força da resistência em defesa dos direitos e da participação social.

O processo conferencial dos municípios, dos estados e do Distrito Federal alcançou cerca de 200 mil participantes, nas 4.200 conferências municipais e em 24 conferências estaduais, sendo 3 previstas para 2020. As conferências explicitaram a preocupação com o aumento da pobreza, da fome, do trabalho infantil, da situação de rua, das violências; o aprofundamento da desigualdade, especialmente de gênero, étnico-racial e social; a ampliação do conservadorismo e do autoritarismo, resultantes de um projeto de governo ultra neoliberal com traços de fascismo. Essa conjuntura de precarização das condições de vida da população, da classe trabalhadora, é agravada pela retirada de direitos por meio das contrarreformas neoliberais, como a trabalhista e a previdenciária, e de ataques aos sistemas públicos estatais que viabilizam o acesso a direitos sociais a toda a população.

O Sistema Único de Assistência Social está sendo inviabilizado, diante do congelamento de recursos, por meio da Emenda Constitucional nº 95/16, e de medidas governamentais que comprometem o pleno funcionamento das instâncias de pactuação e de deliberação, e a garantia de serviços e benefícios socioassistenciais.



cndas2019



cndasbr



cndasbr





Conferência Nacional Democrática de Assistência Social

“Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social”

Nesse contexto, programas fisiologistas e conservadores que reforçam o assistencialismo, o primeiro da mesma e o controle da população pobre, representam um retrocesso que contraria a construção histórica e democrática do direito à Assistência Social.

Denunciamos o desmonte da institucionalidade do Suas e dos direitos previstos, o desrespeito ao caráter democrático e deliberativo dos conselhos nas três esferas de governo; o aumento das violações de direitos pelo crescimento de posições autoritárias e reacionárias; o fechamento de equipamentos socioassistenciais, como os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, os Centros Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua – Centro Pop; a interrupção de serviços, a redução do acesso aos benefícios; a precarização das condições de trabalho, a redução dos salários, a ampliação dos vínculos precários e instáveis; o descumprimento do pacto federativo, da primazia do Estado diante das demandas sociais e territoriais; o descumprimento das legislações e normativas do Suas, especialmente pela falta de regularidade no repasse de recursos e descumprimento das responsabilidades definidas.

Nos posicionamos pela revogação da Emenda Constitucional nº 95/16 e de todas as contrarreformas, e alertamos quanto aos riscos no agravamento da desproteção social, o que contribui para o aprofundamento da desigualdade, afetando, especialmente, a população negra, em situação de pobreza, com direitos violados, as pessoas em situação de rua, as infâncias e juventudes, as mulheres, as pessoas idosas, as pessoas com deficiência, a população LGBTI, os povos indígenas, todos aqueles e aquelas em condição de maior vulnerabilidade e desigualdade.

Diante do cenário de retrocessos e de ameaças à democracia, anunciamos o compromisso coletivo em fortalecer e intensificar a luta popular em defesa do Direito à Assistência Social, da Seguridade Social e da Democracia, e uma agenda de lutas que deve orientar as ações do movimento em defesa do Suas em todo o Brasil. Reafirmar o Suas como conquista história no Estado Democrático de Direito, como sistema que compõe a seguridade social na concepção ampla, universal, distributiva, indivisível e democrática;

- ◆ Ampliar as formas de comunicação e de incidência política para denunciar e enfrentar os desmontes do Suas, junto à sociedade, ao poder legislativo, ao sistema de justiça e aos organismos de defesa dos direitos humanos;
- ◆ Criar mecanismos para o acompanhamento do Suas no Brasil, como observatórios, de modo integrado com legislativo, organismos e órgãos de defesa dos direitos humanos;
- ◆ Pautar os resultados da CNDAS em todos os Conselhos: Nacional; Estaduais; Municipais e do Distrito Federal;
- ◆ Construir e difundir uma plataforma nacional em defesa do Suas para influenciar a agenda política das eleições de 2020, mantendo articulação permanente com o legislativo municipal, estadual e do Distrito Federal, via frentes parlamentares;



Conferência Nacional Democrática de Assistência Social

"Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social"

- ◆ Fortalecer os fóruns e colegiados do Suas e implantar fóruns de trabalhadores/as e de usuários/as, com articulação de ações conjuntas;
- ◆ Manter a interlocução permanente com conselhos nacional, estaduais, municipais e do Distrito Federal, para a integração de ações em defesa da participação social e do Suas;
- ◆ Defesa intransigente da democracia e da participação social, em conselhos, comitês, comissões e outros espaços participativos e deliberativos, e enfrentar ações como o Decreto n.º 9759, que atacam o direito à participação democrática, previsto na Constituição Federal de 1988.
- ◆ Intensificar as lutas pelo financiamento público, pela regularidade, ampliação e vinculação de recursos; pela imediata recomposição de recursos; pela revogação da EC nº 95/16, que viola os direitos humanos da população e compromete o Estado Democrático de Direito;
- ◆ Enfrentar o desfinanciamento das políticas sociais, a desvinculação de recursos da Seguridade para pagamento dos juros da dívida e isenções tributárias;
- ◆ Garantir o efetivo cumprimento das responsabilidades cooperadas da União, estados e municípios e a efetivação dos compromissos da União no Pacto de Aprimoramento do SUAS, a partir do II Plano Decenal (2016/2026);
- ◆ Defender a transversalidade dos direitos humanos na política de assistência Social, as especificidades territoriais, como o fator Amazônico, e as diversidades de povos tradicionais e indígenas; da população LGBTQI; das mulheres; da juventude; das infâncias; da população idosa; das pessoas com deficiência; da população em situação de rua; de migrantes; entre outros grupos e demandas específicas.
- ◆ Fortalecer a integralidade e a indivisibilidade dos direitos por meio de ações que fortaleçam a intersetorialidade, a relação entre políticas setoriais e transversais, com enfrentamento da desigualdade e das violências;
- ◆ Defender os mecanismos normativos que permitem a regulação da Assistência Social como política de Estado, especialmente a Tipificação Nacional de Assistência Social;
- ◆ Lutar contra o desmonte da gestão do trabalho e da educação permanente do SUAS; a profunda precarização das condições de trabalho e dos serviços socioassistenciais, e defender a realização de concursos públicos, o serviço público, as condições éticas e técnicas, a realização de um trabalho social comprometido com a construção da democracia e da cultura de direitos;
- ◆ Enfrentar as investidas conservadoras e a implantação de programas pontuais que não seguem as diretrizes do SUAS, e retomam o assistencialismo, em detrimento da primazia do Estado, do direito de cidadania;



Conferência Nacional Democrática de Assistência Social

"Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social"

- ◆ Intensificar as lutas contra as medidas ultra neoliberais, as contrarreformas, especialmente trabalhista e previdenciária, as privatizações, o desmonte dos sistemas públicos, a destruição dos direitos sociais, e defender a soberania nacional e popular;
- ◆ Ampliar as agendas de lutas com movimentos sociais e organizações populares, em defesa dos direitos, da democracia e dos sistemas públicos, no combate à desigualdade étnico-racial, social e de gênero, e do autoritarismo;
- ◆ Fortalecer a agenda de lutas pelas reformas que efetivamente reduzam as desigualdades no Brasil;
- ◆ Defender um modelo de desenvolvimento econômico que seja socialmente justo, ecologicamente sustentável e pluricultural;
- ◆ Defender o Estado laico, em defesa da democracia e dos direitos humanos;
- ◆ Articular ações em defesa da democratização do sistema de justiça e da segurança pública, contra o Estado penal, a violência e a criminalização da população em situação de pobreza e dos movimentos sociais;
- ◆ Combater à agenda reacionária que viola direitos, fere a liberdade, a dignidade e os direitos humanos.
- ◆ Fortalecer as lutas sociais em defesa da Democracia e dos Direitos, de uma Seguridade Social universal, redistributiva, pública, por uma sociedade justa e igualitária

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Participantes da CNDAS



cndas2019



cndasbr



cndasbr

